

PAULO FREIRE E A GUERRA FRIA¹

Paulo Freire and the Cold War

Joana SALÉM VASCONCELOS (Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Econômica da USP, Bolsista da FAPESP, São Paulo, Brasil)



¹. Resenha do livro de Andrew J. Kirkendall, *Paulo Freire and the Cold War Politics of Literacy*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010. Citações do livro traduzidas ao português pela autora.

O livro *Paulo Freire and the Cold War Politics of Literacy* [Paulo Freire e as políticas de alfabetização da Guerra Fria], do historiador estadunidense Andrew J. Kirkendall, foi publicado em 2010 pela editora da Universidade da Carolina do Norte. Resultado de uma pesquisa de 7 anos, o autor percorreu arquivos de seis países (Brasil, Chile, Nicarágua, França, Estados Unidos e Suíça), reconstruindo a trajetória de Paulo Freire em cada contexto político por onde passou, entre 1960 até a sua morte, em 1997. Não se trata propriamente de um trabalho biográfico. Como sinalizado no título, o objetivo da obra foi analisar os nexos entre políticas de alfabetização e Guerra Fria, documentando como as práticas pedagógicas de Paulo Freire foram acolhidas, impulsionadas, instrumentalizadas ou rechaçadas em diferentes situações, interagindo com variados terrenos socio-ideológicos.

Kirkendall argumenta que as políticas de alfabetização dos países do terceiro mundo tornaram-se um campo de batalha central na Guerra Fria. Na América Latina, o complexo investidor USAID/Ford/Rockefeller (impulsionado pela Aliança para o Progresso) e os partidos marxistas (influenciados pela revolução cubana) adotaram a alfabetização como método de disputa de hegemonia e transformação das consciências. Por isso, as campanhas para erradicar o analfabetismo e suas pedagogias adquiriram grande importância na luta política.

Naquele contexto, a pedagogia de Paulo Freire para alfabetização de adultos influenciou governos, movimentos, igrejas, partidos e universidades no mundo inteiro. A variedade de situações investigadas pelo historiador demonstra como a difusão e reapropriação de seu método por diferentes sujeitos sociais, em algumas circunstâncias, gerou incômodo dos próprios governos que o contrataram (Nordeste do Brasil, Chile). Em outras vezes, os princípios do método e sua temporalidade - a investigação social das palavras geradoras; a escuta do silêncio nos círculos de cultura; a valorização efetiva dos saberes do analfabeto - foram distorcidos em nome de uma maior diretividade política (Guiné, São Tomé e Príncipe, Nicarágua). Fato é que, uma vez que sua pedagogia se tornou um recurso para alterar a percepção social do poder, os questionamentos críticos das hierarquias, afinal, poderiam se voltar contra as próprias instituições alfabetizadoras.

No Brasil

Kirkendall relata como, no início dos anos 1960, o método de alfabetização de adultos de Paulo Freire chamou atenção dos governadores do Nordeste, do Ministro de Educação de Jango (Paulo de Tarso), tanto quanto da USAID e do embaixador estadunidense (Lincoln Gordon). Os investidores se atraíram particularmente pela promessa de que o método alfabetizaria adultos em 40 horas a baixos custos. As agências estadunidenses, naquele contexto, estavam orientadas pelo programa de investimentos da Aliança para o Progresso, o que incluía o objetivo 7 da Carta de Punta del Este: erradicar o analfabetismo.² Por isso, em 13 de abril de 1962, Kennedy e Jango assinaram o *Special Northeast Agreement*, que financiaria um teste do método em Angicos (RN). Depois de visitar pessoalmente o município, Lincoln

². O objetivo 7 da Carta de Punta del Este dizia: “eliminar o analfabetismo nos adultos do Hemisfério e, para 1970, assegurar um mínimo de seus anos de educação primária a todos as crianças em idade escolar da América Latina; modernizar e ampliar os meios para o ensino secundário, vocacional, técnico e superior; aumentar a capacidade para pesquisa pura e aplicada, e prover o pessoal capacitado que requerem as sociedades em rápido desenvolvimento” (OEA, 1961, p. 623).

Gordon elogiou a experiência e recomendou, em uma carta encontrada pelo autor, que o método fosse adotado em toda região. Ironicamente, as primeiras experiências de alfabetização com uso da pedagogia de Paulo Freire foram patrocinadas por governadores oligárquicos do Nordeste, como Aluizio Alves (PSD/RN), e créditos da USAID.

Mas os programas de alfabetização de adultos desenvolvidos em Pernambuco, na Paraíba e Rio Grande do Norte, entre 1962 e 1964, respondiam a diferentes arranjos de poder. Em Pernambuco, o governador trabalhista Miguel Arraes teve apoio do Movimento de Cultura Popular (MCP), além de contar com a colaboração direta de Paulo Freire como Coordenador de

Extensão da Universidade de Recife. Na Paraíba, enquanto o governador Pedro Gondim (PSD) era apoiado por conservadores, sua Campanha de Educação Popular (CEPLAR) foi executada nas bases por militantes da esquerda católica, estudantes da JUC articulados às Ligas Camponesas. O Rio Grande do Norte, desde 1961, foi o território prioritário de financiamento da USAID, porém a base de educadores também pendia à esquerda. “Seu governador se tornou o homem dos Estados Unidos no Nordeste brasileiro”, indicou Kirkendall, referindo-se a Aluizio Alves (PSD). No entanto, “o conteúdo ideológico dos materiais didáticos de Natal era mais claramente esquerdista do que outros programas de alfabetização no Brasil” (p. 37).

Ou seja, no começo o novo método foi uma aposta para diferentes setores. Entre 1962 e 1964, mais de 100 círculos de cultura para alfabetização foram criados no Nordeste, fomentados concomitantemente por governadores oligárquicos, militantes comunistas, movimentos culturais de estudantes, Ligas Camponesas e o próprio embaixador dos Estados Unidos. Enquanto isso, Carlos Lacerda e a UDN do Sudeste contrariavam seus correligionários nordestinos e acusavam Paulo Freire de doutrinador, alegando que seu método canalizava o voto popular para partidos de esquerda (PTB e PCB). As esquerdas também demonstravam ambivalências: por um lado, sua proposta guiou práticas pedagógicas do MCP, da JUC e da UNE Volante; por outro, militantes criticavam o financiamento da USAID, acusando Paulo Freire de ser condescendente com o imperialismo.

Inspirada pelo Nordeste, a Campanha Nacional de Alfabetização foi lançada em outubro de 1963, coordenada pelo próprio Paulo Freire. Contudo, tensões e polarizações já desestabilizavam o governo. No mesmo mês, Paulo de Tarso renunciou ao Ministério da Educação criticando a lentidão de Jango para realizar as reformas. Do outro lado, os EUA descapitalizavam as políticas de alfabetização, acusando o ministro de promover o marxismo com créditos da USAID e transferir 3 a 6 milhões de reais para organizações de esquerda através dos programas de alfabetização. Segundo o autor confirmou em documentos, efetivamente, alguns materiais didáticos financiados pelos EUA elogiavam a revolução cubana. Católico de esquerda, Paulo de Tarso defendeu o método Freire como “nosso instrumento revolucionário” (p. 45).

Também surgiram tensões nas bases de educadores, entre aqueles que advogavam pela maior diretividade propagandística dos materiais, com conteúdo atrelado à agitação revolucionária, e aqueles mais fiéis à proposta dialógica de Freire, que priorizavam a voz popular e a escuta profunda da linguagem dos segmentos sociais silenciados. Na época, Paulo Freire desagradou educadores de esquerda quando disse que não se importava se os alunos se tornassem seguidores de Carlos Lacerda, desde que soubessem explicar o porquê.

Duas semanas após o golpe, em 14 de abril de 1964, a ditadura eliminou a Campanha Nacional de Alfabetização, denunciada como estratégia para disseminação do comunismo.

Paulo Freire foi preso em 16 de junho acusado de subversão, encarcerado por 70 dias em Recife. No interrogatório analisado pelo autor, Freire afirmou não ser admirador da URSS, nem de Cuba; ser um apoiador crítico de Jango e, acima de tudo, ser cristão. No 14º Regimento de Infantaria em Recife, o pedagogo foi interpelado por um capitão: “Professor, o senhor não quer aplicar seu método para nossos recrutas? Há muitos analfabetos entre eles e é um serviço que o senhor prestaria ao país enquanto estivesse aqui”. Freire conta que respondeu perplexo: “Mas capitão, é por causa do método que estou aqui!”.³

Kirkendall constatou que alguns militares brasileiros chegaram a disputar a legitimidade do método de Paulo Freire, acusando a esquerda de distorcer a proposta. Se fosse usada corretamente “poderia gerar bons resultados”, escreveu um investigador militar de Sergipe (p. 55). Predominou, porém, o rechaço e a perseguição. Depois da segunda prisão no Rio de Janeiro, Freire pediu asilo na Embaixada da Bolívia. Chegou em La Paz em outubro de 1964, para trabalhar no Ministério da Educação do governo Paz Estenssoro. Mas poucos dias depois, em 4 de novembro, um golpe derrubou o presidente e Freire se viu em apuros. No fim daquele mês, conseguiu atravessar a fronteira para o Chile.

No Chile

Contratado como consultor da Unesco e acolhido pelo governo democrata cristão de Eduardo Frei, “foi durante seu exílio chileno que Freire se tornou uma figura importante na América Latina” (p. 62), relata Kirkendall. O governo Frei foi um experimento ambivalente de reformismo radical. Um dos políticos mais caudalosamente financiados pelos Estados Unidos, Frei desenvolveu as reformas estruturais que Jango foi impedido de realizar. O governo chileno combinava progressismo, tutela e anticomunismo, mas o resultado foi um conjunto de transformações que saíram do controle da DC e desencadearam a eleição de Salvador Allende em 1970.

Em Santiago, Paulo Freire foi acolhido por Jacques Chonchol, influente democrata cristão da ala esquerda, e pelos amigos brasileiros Paulo de Tarso e Plínio de Arruda Sampaio, exilados pelo AI-1. Chonchol era diretor do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário (INDAP), responsável pela promoção popular no campo, e um dos formuladores da lei de reforma agrária de 1967. A alfabetização de Paulo Freire foi incorporada como chave da mudança social do campesinato, que sustentaria a transformação cultural da reforma agrária. Paralelamente, no Ministério da Educação foi criada uma Chefatura de Planos Extraordinários para Educação de Adultos, encabeçada por Waldemar Cortés Carabantes. Assim, Paulo Freire se movimentou entre os Ministérios da Educação e da Agricultura, quando sua pedagogia ficou conhecida como método psicossocial.

Kirkendall atesta que, entre 1964 e 1968, foram formados 6.000 educadores chilenos com a pedagogia de Paulo Freire. Segundo Carabantes, o brasileiro não aceitou os *royalties* oferecidos pelo governo pela incorporação do seu método. Ambos trabalharam juntos, viajando pelo interior e conversando com o povo analfabeto, adaptando o método à realidade social, numa época em que o Chile efervescia. As organizações dos trabalhadores urbanos e rurais eclodiam pelo país, os partidos de esquerda cresciam e as reformas de Eduardo Frei pareciam insuficientes.

³. Aneidota contada por Freire em “Desinformado”, Folha de São Paulo, 25/09/1987.

Segundo Kirkendall, partidos cristãos e marxistas foram influenciados pelo método psicossocial. Ambos os setores criticavam a “dependência psicológica” do povo analfabeto e promoviam diferentes modalidades de “consciência crítica”, com vistas a transformar a cultura política dominante. No Chile, também ficou nítido que o método Freire não era compatível com a educação técnico-produtiva acelerada, que tanto alguns cristãos, como alguns marxistas advogavam. O tempo pedagógico do diálogo oferecia resistência ao implante exógeno das novas técnicas de produção. Formando extensionistas rurais, Freire desenvolveu uma *crítica da invasão cultural*, problematizando as concepções unilaterais da assistência técnica. Em 1967, os Planos Extraordinários de Educação de Adultos ganharam um prêmio da Unesco pelas novas metodologias de formação de professores e pela integração ao desenvolvimento comunitário. A partir de então, Freire se projetou como um personagem internacional, posição consolidada com sua passagem pela Universidade de Harvard em 1969 e 1970, quando publicou seus primeiros artigos em inglês.

Apesar do prêmio (ou talvez por causa dele), em 1968 a relação de Paulo Freire com a Democracia Cristã sofreu abalos. “Muitos daqueles que se envolveram nos programas de alfabetização e trabalharam no campo teriam sua consciência transformada”, sustentou o historiador. Ou seja, sua pedagogia transformava a mentalidade dos próprios educadores e, segundo alguns, alterava a correlação de forças interna do partido de Eduardo Frei. “Existem mais evidências do impacto de Freire na consciência de seus jovens colegas do que dos camponeses” (p. 81), escreveu Kirkendall. Em novembro de 1968, a Juventude da DC emitiu um documento elogioso do socialismo, ruptura consumada no ano seguinte, com a formação do MAPU. O principal líder da dissidência era Jacques Chonchol.

Paulo Freire também foi acusado de agitar a juventude do MIR, organização guevarista dissidente do PS. Embora Freire tenha conversado com *miristas* e inspirasse seu trabalho de educação popular nas *poblaciones* de Santiago, a acusação nunca se sustentou. Também correram boatos de que Freire escrevia um livro contra a DC (seria a *Pedagogia do Oprimido?*). Kirkendall chamou atenção para o fato de que no relatório oficial sobre a Campanha de Alfabetização, de maio de 1969, Cortés Carabantes preferiu não mencionar Paulo Freire, seu principal mentor. Do outro lado, na esquerda chilena surgiam críticas por sua participação no governo Frei, tanto quanto pelo que se considerava o “esvaziamento da luta de classes” como eixo definidor dos programas de alfabetização. Em 1969, antes que fosse expulso de um país pela terceira vez, Freire decidiu partir para Harvard.

No Conselho Mundial de Igrejas

Em fevereiro de 1970, quando ainda estava em Harvard, Paulo Freire foi chamado a dirigir o Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas. Aceitou e se deslocou para Genebra. Influenciada pelo Concílio Vaticano II e pelo papa João XXIII, o Conselho adotou a justiça social e a aliança com os pobres como missão teológica. Mas foi a presença de Freire, segundo Kirkendall, que disseminou o uso da palavra “libertação” nos documentos da igreja, o que incomodava setores conservadores do clero. “Em 1972, as ideias de Freire tornaram-se não apenas a força condutora no Departamento de Educação, como também um fator importante no Conselho Mundial de Igrejas como um todo” (p. 95), escreveu.

Naquele período, o impacto das ideias de Paulo Freire no mundo desenvolvido foi muito maior do que ele próprio poderia imaginar, já que até então se dedicara às periferias. Na Suíça, o brasileiro trocava longas correspondências com estudantes, educadores, ativistas e

intelectuais de todas as partes da Europa e dos Estados Unidos. Diagnosticando aquilo que a teoria social definiu como “colonialismo interno”, Freire rapidamente encontrou o “3º mundo dentro do 1º” e se empenhou em dialogar com estas populações por meio do Instituto de Ação Cultural, que ele próprio criou em 1971.

Enquanto isso, na América Latina o legado de Paulo Freire era disputado por cristãos e marxistas. Desde a Conferência de Bispos de Medellín em 1968, a teologia da libertação ganhava influência. Em 1974, um padre colombiano lhe escreveu sobre pessoas que “distorciam seu trabalho”, pedindo que Freire identificasse quem eram seus “filhos legítimos” (p. 100). Outros lhe acusavam de haver perdido contato com a América Latina. Da sua parte, Freire explicitava sua ressalva com a opção armada de segmentos da esquerda. Por duas ou três vezes, visitou o Chile durante o governo de Salvador Allende. Lá, seus antigos colegas de trabalho expandiam a inserção do método psicossocial. Apesar disso, segundo Kirkendall, Freire “criticou um pôster do programa de alfabetização de Allende” (p. 102), que ilustrava uma mão forte despejando palavras dentro de uma cabeça vazia. As contradições entre Paulo Freire e setores da esquerda chilena seguiam vivas. O que não impediu, evidentemente, que após o golpe de setembro de 1973, o brasileiro se tornasse um ponto de apoio estratégico para chilenos perseguidos e exilados.

Enquanto trabalhou no Conselho Mundial de Igrejas, Freire viajou por diversos países da África, como a Tanzânia, Guiné Bissau e São Tomé e Príncipe, onde enfrentou o dilema sobre uso ou não das línguas coloniais para alfabetizar a população e a diretividade política dos governos independentistas. Segundo alguns críticos, o uso do português na África lusitana comprometeu o método e esvaziou seu sentido. “Mais tarde, Freire alegou que havia argumentado veementemente contra o uso do português, mas os líderes da Guiné rejeitaram seu conselho” (p. 111), conta Kirkendall. Em São Tomé, a despeito da influência de Paulo Freire, os materiais didáticos produzidos indicavam uma pedagogia dirigista, com textos que prescreviam “deveres revolucionários” e encorajavam “unidade, disciplina e trabalho” (p. 115). Contradição semelhante foi identificada pelo historiador na Nicarágua sandinista, a partir da revolução de 1979.

Na Nicarágua

Apesar da influência do método psicossocial nas campanhas de alfabetização da revolução sandinista, o próprio Freire esteve no país somente durante nove dias, em setembro de 1979. Sua assistência foi diretamente requisitada pelo governo revolucionário, que decidiu empreender uma campanha intensiva a partir do ano seguinte. Após um período de preparação, em março de 1980, foram lançadas as Cruzadas de Alfabetização, nas quais 80 mil de jovens adentraram no território do país para erradicar o analfabetismo (50 mil no campo). Segundo o autor, os adolescentes foram os protagonistas das cruzadas de alfabetização no país, seguindo o slogan da juventude sandinista: “sem juventude disposta ao sacrifício, não há revolução” (p. 128). Mas o governo precisava da permissão dos pais para que seus filhos passassem 5 meses nas cruzadas, o que gerou conflitos com aqueles que não quiseram aceitar. Outra frase disseminada nas cruzadas foi: “em cada alfabetizador, Carlos Fonseca Amador” (p. 128), em referência ao líder fundador da FSLN.

Durante cinco meses, os jovens alfabetizadores viveram nas casas das aldeias e comunidades onde educavam, criando vínculos afetivos e desenvolvendo uma nova identidade nacional. Alguns brigadistas “começaram a apreciar os aspectos positivos da vida rural e a se

‘identificar’ com os campesinos” (p. 133), escreveu o autor, novamente ressaltando a transformação do agente educador. Para as mulheres jovens, essa participação foi ainda mais impactante, lhes oferecendo alternativas de independência inimagináveis. Por outro lado, as cruzadas também geraram inúmeros conflitos intergeracionais. Segundo Ernesto Cardenal, um jovem de 15 anos certa vez lhe disse que “com as cruzadas, descobri que meus pais eram meus inimigos políticos” (p. 135). Em outros casos, a experiência alfabetizadora reforçou preconceitos ou o aumentou o rechaço à revolução por parte dos jovens, ao contrário do que pretendia o governo. Mas a coesão entre cristianismo e sandinismo, naquele momento, amalgamado na noção de “cruzadas”, foi fiadora da hegemonia social da revolução. Os dois mil cubanos que participaram, por exemplo, foram explicitamente proibidos de fazer propaganda antirreligiosa e ateuista (p. 137).

Kirkendall alegou que as cruzadas de alfabetização da Nicarágua não adotaram o método de Paulo Freire, embora assim o propagassem. Ao contrário da escuta, da investigação social e elaboração popular das palavras geradoras do diálogo, os manuais continham *slogans* revolucionários e as brigadas adotavam um modelo militarizado de vida. Ou seja, Kirkendall alertou que as cartilhas das cruzadas não resultaram do diálogo local com a população analfabeta, mas sim de receitas prontas criadas em gabinetes. Argumenta, em síntese, que “assim como ocorreu nas campanhas de Freire na África nos anos 1980, a campanha sandinista usou técnicas freirianas como ponto de partida, mas pretendia promover a hegemonia de um Estado de partido único” (p. 151). Ou seja, “a maior consequência da presença de Freire na Nicarágua teria sido legitimar a campanha Sandinista aos olhos da comunidade internacional” (p. 126), embora seu método, segundo o autor, já não estivesse sendo efetivamente utilizado.

Enfim

Conhecer a trajetória do pedagogo mais célebre do mundo em perspectiva histórica e contextualizada é fundamental. Em tempos em que o nome de Paulo Freire é evocado por meio de simplismos e falsificações, o livro de Kirkendall ganha ainda mais importância e mereceria uma edição brasileira. Para o autor, em síntese, Paulo Freire “contribuiu para aprofundar a democracia em países com tradições pluralistas, ao mesmo tempo que ajudou a legitimar Estados de partido único em países sem tais tradições. Seus êxitos, compromisso, fracassos e erros precisam ser examinados de perto, pois refletem, em muitas maneiras, as forças e fraquezas das novas esquerdas latino-americanas” (p. 167). É fácil entender por que Paulo Freire foi (e ainda é) perseguido por grupos truculentos. Mas também, sem dúvida, é importante identificar por que sua pedagogia gerou contradições com as esquerdas de perfil prescritivo e dogmático.

Enfim, Andrew J. Kirkendall demonstrou que a história social da pedagogia de Paulo Freire permite uma compreensão mais complexa da própria Guerra Fria, levando em conta diferentes camadas de tensões e contradições ideológicas das práticas de alfabetização. Para o autor, se por um lado, “o declínio de um projeto comum de desenvolvimento e libertação econômica para o ‘terceiro mundo’ teve seus custos” (p. 169), o legado de Paulo Freire permanece vivo em movimentos de educação popular e “a vitalidade das práticas democráticas na América Latina derivam, ainda hoje, destes grupos” (p. 170).